

União pode deixar de arrecadar em 94 US\$ 800 milhões de estados e municípios

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Tesouro Nacional deixará de receber cerca de US\$ 800 milhões no primeiro ano de vigência dos contratos de rolagem da dívida dos estados e municípios se o Senado Federal fixar em 9% o limite máximo de comprometimento da receita líquida dos governos estaduais e municipais para o pagamento do principal e dos encargos. Mesmo assim, a posição do Ministério da Fazenda é negociadora: "Nós defendemos de início um limite de 11%, tomaríamos 10% mas poderemos aceitar 9% se isto surgir de um entendimento", explicou a este jornal o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho.

Quanto menor o limite de comprometimento mais dinheiro vai sobrar para estados e municípios alocarem em outros tipos de gastos que não sejam o pagamento da dívida reestruturada com a União. O limite de 9% garante ao Tesouro, no primeiro ano, o recebimento de cerca de US\$ 1 bilhão, bem abaixo do valor de US\$ 1,8 bilhão que representaria os pagamentos se não houvesse limite.



Clóvis Carvalho

Com 10% de comprometimento da receita, estados e municípios deixariam de recolher ao Tesouro cerca de US\$ 600 milhões e com o limite de 11% os pagamentos envolveriam US\$ 1,5 bilhão, ficando de fora no primeiro ano apenas US\$ 350 milhões.

O Ministério da Fazenda, no entanto, acha que "não é descabida" a proposta acenada pelo Senado Federal — e que surgiu de discussões com o próprio Executivo — no sentido de que os

limites se fixem em 9% no primeiro ano, 12% no segundo ano e 15% ao ano, do terceiro ano em diante. "Não vejo problemas em que sejam estabelecidos esses limites embora esse esquema deixe muitos estados sem pagar nada no primeiro ano, mas a prerrogativa de fixar isso é do Senado já que a lei da rolagem não é clara sobre esse ponto", comentou Carvalho.

Ontem, pela manhã, acabou não havendo quórum na comissão de assuntos econômicos do Senado Federal para discutir a resolução que vai fixar os novos limites. Assim mesmo, o senador Esperidião Amim (PDS-SC) encontrou espaço para defender o limite de apenas 7% do comprometimento da receita líquida dos estados e municípios.

Para o governo, isso já seria baixo demais — "não poderemos aceitar 7% de jeito nenhum", comentou o secretário-executivo da Fazenda —, mas as negociações parecem ainda em aberto.

Carvalho chega a acenar com a perspectiva de se discutir o assunto em bases até mais flexíveis, deixan-

do para um reexame futuro a fixação do limite de comprometimento do segundo ano e dos anos posteriores, dependendo de como se comportará a receita dos estados e municípios.

A lei da rolagem reestrutura por vinte anos a dívida contratual que estados e municípios têm com os bancos federais oficiais, envolvendo cerca de US\$ 20 bilhões. Na próxima segunda-feira sete estados devem assinar os contratos de rolagem com a Fazenda: Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí. Por enquanto, apenas Alagoas firmou o contrato de rolagem. Carvalho lembra que quem ficar de fora da rolagem não se beneficiará dos limites de comprometimento da receita líquida. "Nos casos em que não for assinado o contrato de rolagem, os estados e municípios terão de pagar tudo o que devem sob pena de terem executados seus débitos pelos bancos federais", explicou.

A rolagem da dívida mobilizaria dos estados e municípios será definida depois de discussões com o Banco Central.